

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO

Diretoria do Arquivo Público Mineiro

Processo SEI nº 1410.01.0003539/2020-17

ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

AÇÕES EMERGENCIAIS NO SETOR DA CULTURA

EDITAL DE PREMIAÇÃO n.23/2020

PESSOA FÍSICA PESQUISAS ARTÍSTICO-CULTURAIS

CLÁUDIA HOUARA DE CASTRO

A ESTADUALIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA

EM MINAS GERAIS

UM ESTUDO DE CASO





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**

**CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS
DO NORDESTE**

CLÁUDIA HOUARA DE CASTRO

**A ESTADUALIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA
EM MINAS GERAIS
UM ESTUDO DE CASO**

Olinda
2014



CLÁUDIA HOUARA DE CASTRO

**A ESTADUALIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA
EM MINAS GERAIS
UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Cultura, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural.

Orientador: Prof. Dr. José Márcio Barros Olinda
2014



CLÁUDIA HOUARA DE CASTRO

**A ESTADUALIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA
EM MINAS GERAIS
UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 27 de novembro de 2014.

Banca examinadora

José Márcio Pinto de Moura

Barros _____ Doutor em Comunicação e
Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Paulo César Miguez de Oliveira

_____ Doutor em Comunicação e
Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia

Este trabalho é dedicado a Cesária Alice Macedo

CULTURA E
TURISMO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

AGRADECIMENTOS

A produção desta monografia só foi possível graças à participação de várias pessoas. Quero agradecer a todos que estiveram presentes nos momentos difíceis, diminuindo o sofrimento com boas energias e ideias.

A meu pai, minha mãe, minha querida filha, minha irmã e sua família, que me deram apoio e tranquilidade para que eu participasse do curso e realizasse todas as viagens.

Patrícia Dornelles, obrigada pela força, ensinamentos, ideias e trocas de informações.

Monica Profeta, obrigada pelo acompanhamento desta minha trajetória, ao corrigir e enriquecer meu texto.

Dulce, obrigada pelos ótimos momentos em que trocamos ideias, almoçando com a Tia Tuchinha.

Leonardo, Cristina, José Júnior e Arlete Righi, obrigada pela força e colaboração de vocês, fundamentais para a realização deste trabalho.

Silvana Meireles, obrigada por me orientar no aprofundamento do tema deste trabalho. Manuella

Machado, muito obrigada pela entrevista que nos possibilitou compartilhar nossos trabalhos.

Às queridas parceiras Rosana, Sueli e Wânia, gestoras de Pontos de Cultura, cujos depoimentos possibilitaram a realização deste trabalho. Os Pontos de Cultura, todos sabem, moram no meu coração.

Aos Professores Isaura Botelho e Paulo Miguez, obrigada pelas aulas, pelo acompanhamento e carinho com todos nós, durante esses meses.

Caros Jeilson e Antônio Ruibaldo, sem vocês não sei o que seria de todos nós. Obrigada pela presteza, dedicação e respeito. Não esquecerei.

Aos meus colegas do Ministério da Cultura presentes no curso, obrigada pela excelente convivência e parceria. Obrigada também aos colegas da Representação Regional MG, em Belo Horizonte, que entenderam a minha ausência para a realização do curso.

Aos colegas de curso, obrigada pela oportunidade da convivência e do carinho. Momentos enriquecedores serão recordados com muita estima.

Agradeço especialmente ao Professor José Márcio Barros pela orientação criteriosa e por confiar no meu trabalho.

“Que acontece
quando Se solta uma
mola Comprida,
quando se Liberta um
pássaro, Quando se
abrem as Comportas
de uma Represa?
Veremos...”
Gilberto Gil



CASTRO, Cláudia Houara de. **A Estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais: um estudo de caso.** 62p. il. 2014. Monografia (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo pesquisar a percepção e a avaliação da estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais, a partir do olhar de três Pontos de Cultura que se mantiveram no Programa, após a sua inserção na Rede Estadual de Pontos de Cultura de MG, a percepção do MINC e da SEC-MG, agentes institucional do Programa Cultura Viva através do Pacto Federativo que se iniciou com o Programa Mais Cultura.

Palavras-chave: Estadualização. Programa Cultura Viva. Minas Gerais.



A Estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais: um estudo de caso¹

Cláudia Houara de Castro²

Quando foi criado pelo Ministério da Cultura, em 2003, o “Programa Nacional Cultura Viva, Educação e Cidadania – Cultura Viva” tinha como princípio fomentar o protagonismo dos diferentes atores culturais que já atuavam no território nacional em diversas áreas da cultura. Embasou sua criação uma nova visão de como fazer política cultural, a partir da busca por um jeito novo de dialogar com a sociedade civil, compartilhando com a gestão cultural para obter resultados melhores.

As ações do “Cultura Viva” tinham como principais atores os “Pontos de Cultura”, formados por entidades ou instituições da sociedade civil referências em seus territórios e que eram produtoras de cultura, nas suas mais diversas formas.

Em sua implementação, o Programa passou por várias fases, entre elas a Estadualização, isto é, quando os Estados da Federação passaram a criar suas próprias Redes de “Pontos”, tornando-se co-gestores desta política pública nacional.

O presente artigo busca analisar como ocorreu a Estadualização em Minas Gerais, a partir da percepção e avaliação de agentes públicos envolvidos e de alguns Pontos de Cultura.

Um pouco da história do Cultura Viva

Para falar sobre as origens do “Cultura Viva”, vamos voltar à década de 1930, quando as políticas públicas apresentaram suas primeiras formas e deram os primeiros sinais de vida no país. Antes disso, no período colonial, a cultura era entendida como um privilégio das minorias letradas, ou seja, das poucas pessoas “cultas” que residiam no Brasil. Além disso, esse entendimento de cultura estava muito ligado às formas europeias de expressões artísticas, como música, teatro, pintura e literatura (MEIRA, 2005).

Antes de se chamar “Cultura Viva”, o projeto “BAC – Base de Apoio à Cultura”, cujo objetivo era possibilitar que as zonas de maior exclusão tivessem a possibilidade real - e não apenas acesso à

¹ Artigo produzido a partir de monografia apresentada em 2014 junto ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Cultura, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural.

² Gestora cultural, com Pós - Graduação Lato Sensu em Gestão Cultural – Formação de Gestores Culturais do Nordeste IHAC-UFBA e Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão da Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável - Fac. Milton Campos (2012).

política – de produzir manifestações culturais e fortalecer a ação federativa do Ministério da Cultura, de modo descentralizado, porém integrado e conectado, do que acontecia com as políticas de incentivo fiscal. Esse projeto, o “BACs”, foi substituído por outro, o “Redes de Articulações Culturais – RACs”. Assim, foi trocada a ideia de “Bases” por uma lógica de “Articulação em Redes”. Ainda assim, o projeto não teve continuidade porque foi substituído pelo que conhecemos como “Programa Nacional Cultura Viva, Educação e Cidadania - Cultura Viva”, criado em 2003 a partir da busca de novas formas de conversar com a sociedade civil, para que a gestão perseguisse resultados mais próximos dos desejos e necessidades desse grupo.

Surge o “Programa Cultura Viva” que tinha por meta atingir todo o país. Antes disso, o investimento que ocorria, a partir do Estado, na cultura, se dava através de leis de incentivo fiscal (CALABRE, 2014). Por conta dessa prática, a decisão final sobre o financiamento das atividades culturais ficava sob as responsabilidades de empresas do setor privado e não do Estado propriamente dito. Dessa forma, esse processo gerava concentrações diversas, sendo elas territoriais, por linguagem artística ou por gênero, por exemplo.

O objetivo do Programa era fomentar o protagonismo dos diferentes atores culturais que participam das ações culturais dos Pontos de Cultura. Para muitos gestores culturais o Programa é considerado uma das ações do Ministério da Cultura de maior abrangência e resultados em diversos sentidos, como inclusão social, protagonismo sociocultural e democracia cultural.

Na época da elaboração do programa, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, estabeleceu três medidas norteadoras para uma nova estrutura para o Ministério. Eram elas: ampliação do conceito de cultura; valorização dos conceitos de política pública; planejamento e ação sistêmica. Todas essas condutas foram adotadas para alinhar as novas atitudes à nova visão que se tinha para o Ministério.

O “Cultura Viva” conversava bem com as ideias da gestão de Gilberto Gil: a busca pela realização da democracia cultural e o diálogo com a sociedade civil por meio de políticas públicas. O Programa veio para estimular e fortalecer a rede de criação e gestão cultural, através de uma base que era estabelecida pelos diversos Pontos de Cultura, espalhados por todo o território nacional. Esse Programa é uma importante rede *horizontal, de articulação, recepção e disseminação* de políticas culturais inovadoras. Ele também é uma rede macro, ou seja, mais ampliada, de referências para novas conexões.

O principal objetivo do programa era promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural. O Programa também buscava fortalecer as energias sociais e culturais, para conseguir estabelecer a construção de novos valores de cooperação e solidariedade.

As pessoas que participavam do Programa eram de baixa renda: estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombos; agentes culturais, artistas, professores e militantes que agiam no combate à exclusão social e cultural. Assim, era possível estimular a apropriação e o uso de diversas linguagens artísticas (como música, dança, teatro) e de espaços públicos e privados, que eram disponibilizados para as ações culturais.

As ações que compunham a fase inicial do Programa além dos “Pontos de Cultura” eram: “Agente Cultura Viva”; “Escola Viva”; “Ação Griô” e “Cultura Digital”.

Com o passar dos anos, novas ações e prêmios foram surgindo no Programa, incluindo algumas ações mais voltadas para a comunidade. As comunidades e Projetos selecionados recebiam um valor do Governo Federal para que realizassem as ações de artes, educação, cultura, economia solidária e cidadania. A partir dessa ampliação em 2008, o Programa Cultura Viva, buscando descentralizar a implantação dos Pontos de Cultura, alterou a forma de atuação, reforçando os objetivos e metas, e gradualmente estabelecendo convênios com os municípios e Estados. Ou seja, as responsabilidades das ações eram repassadas aos Entes Federativos menores que a União, sendo, assim, menos centralizadas do que eram antes.

O Programa teve muito sucesso em seus resultados. Até 2011 o Programa conseguiu alcançar mais de 3.000 Pontos de Cultura espalhados por todo o território nacional! Uma parceria firmada com o IPEA foi muito importante para o aperfeiçoamento do Programa, uma vez que as pesquisas realizadas por seu intermédio contribuíram para subsidiar, institucionalizar e aprimorar as ações de continuidade do processo.

As Fases e a atualidade do Programa

O Programa surgiu num momento de mudança, no qual se desejava que o Brasil fosse transformado e fosse adequado à população. O ideal seria desenvolver um programa cultural que tivesse “a cara do povo”, que representasse a sua diversidade. O Cultura Viva é, então, um programa de múltiplas culturas, diversificado, abrangente, transformador, rico, inclusivo, envolvente e reflexivo. Em seis anos de muito trabalho, oito milhões e quinhentas mil pessoas foram beneficiadas por ano em mais de três mil pontos de cultura. Quando essa Pesquisa foi realizada, em 2014, era estimado que o Brasil tinha, aproximadamente 200 milhões de habitantes.

A primeira fase – 2004

A implantação do Cultura Viva foi feita em três etapas de trabalho diferentes. A primeira fase se iniciou com o lançamento do primeiro edital para selecionar os Pontos de Cultura que iriam compor o programa no ano de 2005. Identificar e apoiar os Pontos de Cultura eram duas frentes essenciais de ação do Cultura Viva, desde aquela época.

Além dos Pontos de Cultura, também eram definidos no Programa os Pontões e os Pontinhos de Cultura. Os Pontões tinham como objetivo articular, ou seja, conectar, os Pontos de Cultura, a partir de suas áreas de especialização, trabalhar na capacitação dos Pontos e divulgar os conhecimentos produzidos estruturando as Redes de Pontos de Cultura. Já os Pontinhos tinham foco na infância e em ações complementares, capazes de se juntar aos Pontos e Pontões e, assim, estimular as organizações culturais não relacionadas entre os Pontos de Cultura.

O *Ponto de Cultura* era a principal ação do Programa Cultura Viva, articulando as demais ações. Se uma instituição quisesse se tornar Ponto de Cultura deveria participar de uma chamada pública, realizada pelo MINC, e ser selecionada. Depois dessa seleção, era estabelecido um convênio para que a instituição pudesse receber o recurso para a realização de suas atividades. Um aspecto, comum aos, Pontos de Cultura era o fato de que todos eles realizavam a transversalidade da Cultura e a gestão compartilhada com o Poder Público e com a comunidade em que estavam inseridos.

Outra ação promovida, pelo Programa era a *Ação Griô*, realizada por contadores de história. Essas pessoas transmitem as tradições e a cultura de suas comunidades, narrando a história de seu povo e seus patrimônios. Essa ação também envolvia os Pontos de Cultura, que trabalhavam com a vivência, a criação e a sistematização de práticas pedagógicas (ou seja, de ensino, por exemplo) relacionadas aos saberes e fazeres da cultura oral, além de escolas, universidades e comunidades.

Uma terceira ação do programa era a *Ação Escola Viva*, através dessa ação, buscava atingir o objetivo de conectar os Pontos de Cultura às escolas das comunidades, criando conhecimentos e aprendizados por meio da cultura.

Outras ações realizadas pelo Cultura Viva foram os *Agentes Cultura Viva*, os *Pontões de Cultura* e as *Redes Federativas*. A primeira delas visava a provocar nos jovens o interesse por profissões ligadas à cultura e era uma parceria com o Programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego. Os Pontões destinavam-se a mobilizar, articular as diferentes experiências e ações dos Pontos de Cultura. Por fim, as *Redes Federativas* eram as parcerias entre as Unidades Federativas e os municípios e acontecia quando a UF ou o município aderiu ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).

A segunda fase - 2007

Já na Segunda Fase do Programa Cultura Viva, no início de 2007, o MINC estabeleceu convênios com os municípios e Estados para a seleção dos Pontos de Cultura de Rede. Assim, as Redes Municipais e Estaduais iniciaram suas parcerias e começaram a dividir responsabilidades financeiras e burocráticas em relação ao Programa.

Essas UFs e municípios conveniados com o MINC passaram a ser: chamados, depois desse momento, de Pontos de Rede. Os Pontos de Cultura eram conveniados através de suas Secretarias de Cultura e essa ao MINC.

Nesse momento, o número de Pontos de Cultura se ampliou. Isso aconteceu com a inserção de novos parceiros. Dessa forma, a segunda fase ficou muito conhecida pelo crescimento do Programa e da criação de novas Redes entre os agentes envolvidos. Podemos perceber que os Estados e municípios se tornaram o que já havia sido definido, anteriormente nesse texto, como Pontões de Cultura (SARTOR, 2011).

Uma pesquisa, realizada por Barbosa, Medeiros e Lyra (2011), e que foi citada por Medeiros e Farah (2014, p.15), identificou que a inclusão de outros níveis de governo foi importante por permitir que as ações fossem devidamente divulgadas por todo país, aproximando, assim, os gestores públicos das Secretarias aos Pontos de Rede. Mas também precisamos entender que essa ação fez com que o trabalho ficasse mais complexo. Os Pontos de Rede também deviam prestar contas para as Secretarias Estaduais e Municipais, igualmente ao convênio com MINC, que exigia essa prestação.

A terceira fase

A partir de 2008 o crescimento do programa foi menor. Isso aconteceu pela redução orçamentária do setor da cultura e pela necessidade da estruturação das Redes que já estavam formadas até aquele momento. Contudo, mesmo com as dificuldades, o número de convênios continuou crescendo.

As Redes Estaduais e o MINC organizaram encontros e mutirões para buscar formas de resolver os problemas relacionados às prestações de contas do Programa. Além disso, procuravam contratar consultorias para complementar o trabalho dos gestores nos Estados e Municípios e desenvolver cursos e oficinas formativas para esses mesmos gestores (SILVA et. al. 2011).

Em 2011, havia uma extensa lista de processos e pagamentos a serem feitos aos Pontos de Cultura que foram contemplados nos editais lançados em 2010. Por meio de reuniões e seminários com a sociedade civil e o poder público, o MINC tentou inúmeras vezes encontrar uma solução para

o Programa, sem êxito. Na época houve um retrocesso no crescimento dos Pontos de Cultura e no repasse dos recursos do Programa.

Em 2012, o Programa foi fortemente reformulado por um grupo de trabalho criado exclusivamente para isso (BRASIL, 2012). Esse grupo chamado de GT Cultura Viva, foi coordenado pelo IPEA e supervisionado pelo MINC e era formado por vários representantes de órgãos que participavam da formulação da política de cultura em todo o país.

Esse GT propôs a formação continuada para os gestores e a criação de uma plataforma digital que fosse capaz de integrar banco de dados, informações gerais, arquivos e memória institucional. Também foram propostos os parâmetros, ou seja, as medidas e critérios, para a descentralização do Programa. Com isso, planejaram formas para diminuir as dificuldades encontradas e fortalecer as redes a partir da gestão compartilhada, através do apoio entre todos os agentes envolvidos no processo (MEDEIROS E FARAH, 2014, p.19).

A Estadualização do Programa Cultura Viva

O Programa conseguiu uma grande visibilidade nacional e muita repercussão. Espalhado por todo o país e com a sua diversidade cultural, era preciso que ele fosse descentralizado. Através dessa descentralização, suas potencialidades (de atingir mais pessoas e ser mais diversos) seriam exploradas, graças à estratégia das parcerias com os governos dos Municípios e dos Estados.

O Mais Cultura deveria privilegiar o lugar do município, porém, foram os estados que cooperaram no Mais Cultura (ROCHA, 2011, p.129). O sucesso da descentralização está relacionado à capacidade fiscal e administrativa, porque a capacidade de gerir, tomar decisões, executar diretrizes e alcançar objetivos determina e impacta a execução das políticas e a continuidade do Programa. (ARRETCHE, 1996, citado por Medeiros e Lima, 2011).

O Programa Mais Cultura estabeleceu uma relação com os órgãos públicos de cultura estaduais e municipais. Em Minas Gerais (MG), foram feitos quatro convênios com órgãos do Estado e de Municípios. Esses órgãos são a Secretaria de Estado de Cultura de MG; Fundação Cultural de Uberaba, Prefeitura Municipal de Governador Valadares e Prefeitura Municipal de Sabará. A Prefeitura Municipal de Diamantina também assinou o convênio, mas, na troca de gestão, o novo administrador escolheu devolver o recurso por não ter condições de assumir a contrapartida exigida.

O Programa Cultura Viva em Minas Gerais

O Programa Cultura Viva em Minas Gerais, a exemplo do que ocorria no cenário nacional, valorizou a cultura como um todo, principalmente a cultura popular, lançando oportunidades, formas de desenvolvimento e interatividade. Reconheceu iniciativas e entidades culturais fortalecendo processos sociais e econômicos da cultura mineira; ampliando a produção, fruição e difusão culturais.

Na Rede de Pontos de Cultura de Minas Gerais, os Pontos de Cultura podem agir livremente na produção cultural através da criação de encontros, fóruns e intercâmbios estéticos e interculturais. Esses intercâmbios entre pessoas de diferentes lugares foram fundamentais para estimular o fortalecimento das redes estéticas e sociais por todo o estado. Além disso, o governo do Estado de Minas Gerais se comprometeu com a qualificação dos agentes culturais mineiros.

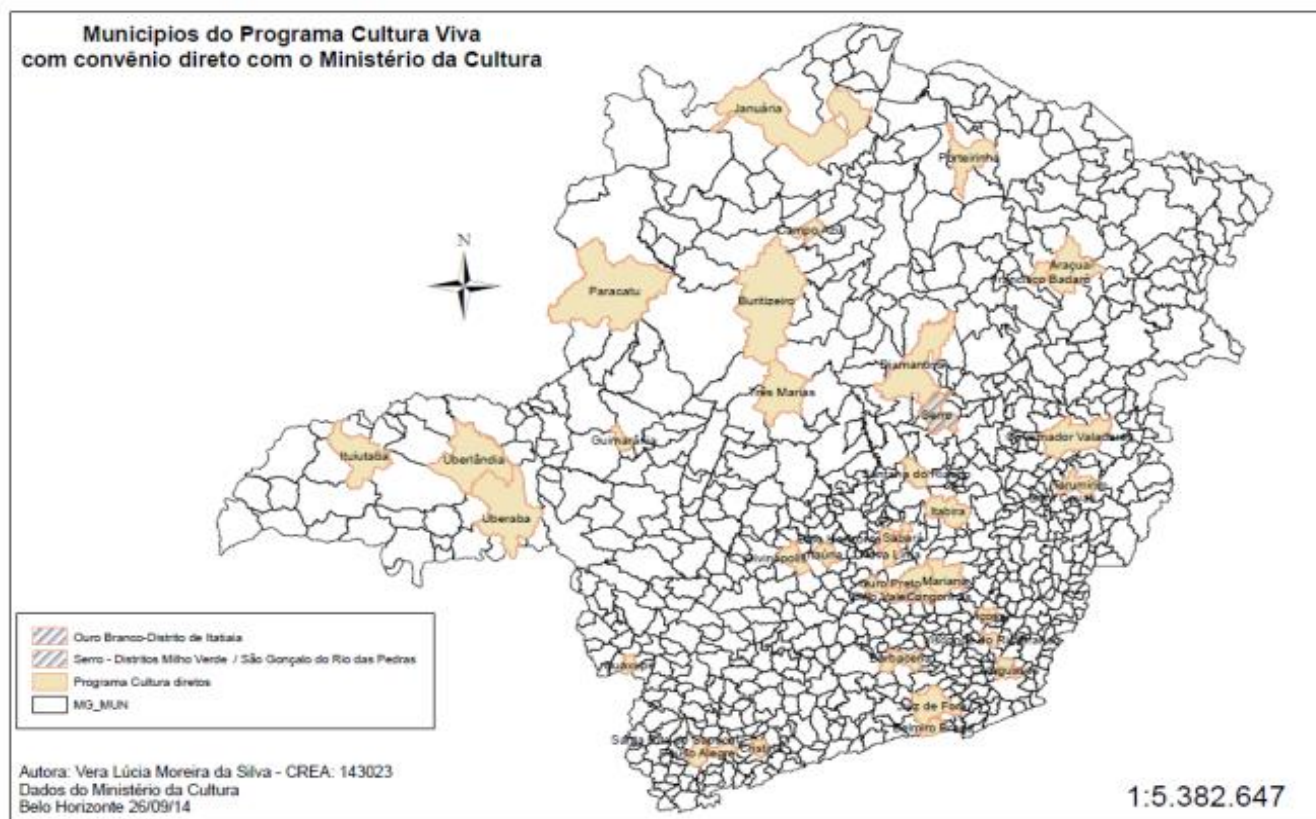
O Programa Cultura Viva teve um papel importantíssimo em Minas Gerais porque, assim como nos demais Estados, possibilitou o desenvolvimento de ações culturais em todas as suas regiões.

Para iniciar o Programa em Minas, o Projeto Piloto Pontos de Cultura em Minas Gerais, realizado em uma parceria com o MINC, ampliou e aprofundou a descentralização cultural. Além disso, possibilitou a democratização do acesso à produção e fruição de bens e serviços culturais, em todas as regiões mineiras.

O Estado de Minas Gerais começou a participar no Programa Cultura Viva através de editais³ lançados à época pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais do MINC. Como resultado, 65 projetos distribuídos entre os 41 municípios do Estado, entre Pontos de Cultura e Pontões de Cultura, foram selecionados, como mostra o mapa 1.

³ Edital de Divulgação nº 1, de 16 de julho de 2004; Edital de Divulgação nº3, de 20 de abril de 2005; Edital de Divulgação nº4, de 20 de abril de 2005; Edital de Divulgação nº2, de 4 de julho de 2007, e Edital de Divulgação nº4, de 17 de julho de 2009.

Mapa 1: Municípios do Programa Cultura Viva com Convênio Direto ao MINC.



Autora: Vera Lúcia Moreira da Silva

Os municípios que tiveram projetos selecionados pelos editais foram: Aracuaí, Barbacena, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Belo Vale, Buritizeiro, Campo Azul, Cataguases, Congonhas, Cristina, Diamantina, Distrito de Itatiaia - Ouro Branco, Distrito de Milho Verde – Serro, Distrito São Gonçalo do Rio das Pedras – Serro, Divinópolis, Dom Cavati, Francisco Badaró, Governador Valadares, Guaxupé, Guimaranea, Itabira, Itaúna, Ituiutaba, Januária, Juiz de Fora, Mariana, Nova Lima, Ouro Preto, Paracatu, Porteirinha, Pouso Alegre, Sabará, Santa Rita do Sapucaí, Santana do Riacho, Tarumirim, Três Marias, Uberaba, Uberlândia, Viçosa, Visconde do Rio Branco.

Esses convênios, quase todos, já terminaram suas ações e aguardam a análise da prestação de contas. Durante a realização desta Pesquisa, o total de convênios em MG era de 183, divididos da seguinte forma: 178 Pontos de Cultura Conveniados e 5 Pontões de Cultura (conveniados nos anos de 2007 e 2009).

O processo de Estadualização

O Programa Mais Cultura, lançado em 2007, “marca o reconhecimento da cultura como necessidade básica, direito de todos os brasileiros, tanto quanto a alimentação, a saúde, a moradia, a educação e o voto” (BRASIL, 2008, p.4) e reconhece algo muito importante: a cultura como pilar do desenvolvimento humano e social. E, a partir desse lançamento, a maior parte dos acordos que foram firmados se deram com os Estados e não com os municípios.

O Programa Mais Cultura, foi considerado o embrião dessa articulação e realização das ações conjuntas entre o governo federal, Estados e Municípios, a serem implantadas com a efetivação do SNC – Sistema Nacional de Cultura.

O Programa, quando foi lançado, seguiu a tendência de políticas sociais com uma execução mais descentralizada e foi considerado como o processo de ampliação dos Pontos de Cultura. O Mais Cultura foi iniciado através do lançamento de novos editais em parceria com os Estados.

O MINC, para iniciar os trabalhos, de fato, e estabelecer o Mais Cultura, firmou parcerias com organismos internacionais, bancos públicos, governos estaduais e municipais e instituições da sociedade civil. Nessa parceria, o governo dos Estados era responsável por 1/5 do valor investido no Programa. O Programa Mais Cultura foi considerado o embrião da articulação e da realização das ações conjuntas entre o governo federal, Estados e municípios, que foram implementadas com efetivação do Sistema Nacional de Cultura.

Os Estados foram os primeiros responsáveis pela conexão que foi estabelecida pelo Programa Mais Cultura. Ou seja, a partir dessa ação, o MINC fortaleceu seu vínculo com os órgãos estaduais. Alguns municípios, em número menor, também participaram do Mais Cultura. Essa participação possibilitou um fortalecimento das políticas locais, além de uma maior cooperação entre todos esses agentes envolvidos no processo: municípios, estados e união. O diálogo com os municípios era feito através das prefeituras e dos órgãos municipais de cultura, como secretarias e fundações.

O Programa Mais Cultura foi colocado como uma política de fomento ao pacto federativo brasileiro. Esse pacto, e também o Mais Cultura, visavam o enfrentamento das desigualdades sociais e territoriais persistentes de forma histórica em nosso país. O Programa Cultura Viva, que era uma das ações do Programa Mais Cultura, foi a primeira ação a ser Estadualizada. Dessa forma, foi ampliado por todo o território do país e tornou-se o Programa do MINC com mais recursos. Mas, ainda assim, tinha uma capacidade de execução reduzida.

O Projeto Piloto Pontos de Cultura em Minas Gerais, que foi realizado em parceria com o MINC, foi muito importante para essa política de descentralização cultural no nosso país. Como dito, o Estado assinou com o MINC um convênio para implantar 100 Pontos de Cultura no Estado. O

Convênio era voltado para o desenvolvimento de atividades de integração, acompanhamento e apoio financeiro, no valor, para cada Ponto de Cultura, de 180 mil reais, pelo período de 36 meses (três anos), para projetos originários de entidades da sociedade de caráter cultural e sem fins lucrativos. Todos esses projetos seriam selecionados por meio de edital público. (Minas Gerais, 2009).

O Edital, lançado em dezembro de 2007, pela Secretaria de Estado de Cultura de MG, para selecionar as propostas, criou uma Comissão Tripartite de Avaliação. Essa comissão era constituída por representantes selecionados pelo MINC, por meio da Secretaria de Programas e Projetos Culturais, pelo Secretário de Estado de Cultura e representantes da sociedade, selecionados, também, por edital. Esses representantes da sociedade civil tinham que – ser atuantes no âmbito sociocultural ou integrantes da classe artística, idôneos e qualificados para aquela tarefa.

Os convênios do Programa Mais Cultura ficaram divididos entre Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Cultura, e três municípios sendo eles:

- Rede de Pontos de Cultura do Estado de Minas Gerais, com 100 Pontos de Cultura conveniados;
- Rede de Pontos de Cultura do Município de Uberaba, com 8 Pontos de Cultura;
- Rede de Pontos de Cultura do Município de Governador Valadares, com 5 Pontos de Cultura, e a
- Rede de Pontos de Cultura do Município de Sabará, com 5 Pontos de Cultura.

Os recursos eram recebidos a partir de diferentes fontes, distribuídas assim: 2/3 provenientes do Ministério da Cultura e 1/3 referente à contrapartida dos municípios e do Estado. Todos os Pontos de Cultura foram selecionados por meio de Edital publicado pelo Estado e pelos municípios.

Sobre o Programa Mais Cultura, em seu plano de trabalho, os elaboradores definiram quatro diretrizes que nortearam suas ações. Essas ações reforçam o compromisso firmado pelo MINC para atuar no desenvolvimento social como forma de assegurar o pleno exercício da cidadania. Isso se daria a partir da garantia de acesso a bens e serviços culturais, qualificação do ambiente social das cidades e do campo, geração de oportunidades de ocupação, emprego, renda e negócios e da promoção da diversidade cultural brasileira.

Esse trabalho, desenvolvido a partir da articulação do Programa com os Estados da Federação, foi importante para a garantia da participação da sociedade civil e dos órgãos públicos. Isso se deu após a assinatura de um acordo que determinou ações prioritárias do programa nas regiões. Para implantar as políticas que pretendia, o Mais Cultura fortaleceu as relações federativas de cooperação pela descentralização dos recursos e participação nas decisões e no controle social.

Depois disso, as UFs e o Programa Mais Cultura assinaram um Acordo de Cooperação com o MINC. Esse acordo definia as regras da implantação do Programa e algumas ações coordenadas entre os diferentes agentes desse processo. Em MG, o investimento foi de R\$8.682.971,50. Esse recurso cresceu pela parceria que foi firmada, também, com o Ministério da Justiça, por conta de um projeto parceiro, chamado Programa Pronasci. Sendo assim, o valor investido em Minas passou a ser de R\$ 8.879.754,83.

Para selecionar os 100 Pontos de Cultura, a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais lançou um edital que era acompanhado do “manual do proponente” o qual continha as informações para orientar as instituições sobre como preencher os formulários daquele próprio edital. A Secretaria também fez atendimento digital, pessoal e através de oficinas em todas as Regiões do Estado de Minas Gerais. O processo de implantação da Rede de Pontos de Cultura foi acompanhado pelo MINC, na época responsável pela gestão do Programa Cultura Viva, e pelos Pontos de Cultura. A Representação Regional Minas Gerais - MINC também participou do processo.

Quando uma instituição era selecionada para tornar-se um Ponto de Cultura, a próxima etapa era firmar o convênio. As instituições foram contatadas pela Superintendência de Interiorização, providenciaram a documentação exigida e adequaram seus Planos de Trabalho e suas Planilhas Financeiras. Esses são documentos muito importantes para uma constante avaliação e acompanhamento dos projetos, identificando se cumprem seus objetivos e como podem ser fortalecidos. Em alguns casos, algumas instituições desistiram de apresentar os documentos, pois não queriam submeter-se às exigências dos convênios. O acompanhamento de toda a readequação da documentação foi feito pela Superintendência de Interiorização da Secretaria de Estado de Cultura.

Constava no Convênio que a SEC poderia realizar assistência técnica, desenvolvimento de capacitação dos gestores dos Pontos de Cultura. Ela aconteceu quando a Secretaria publicou um novo edital de licitação para que pessoas jurídicas apresentassem proposta técnica e orçamentária, promovendo-se, assim, a capacitação das instituições proponentes da Rede de Pontos de Cultura de MG. No edital, era possível encontrar três eixos de capacitação: capacitação em gestão de projeto, com Oficinas de Capacitação; um Sistema de Orientação Permanente, atendimento individualizado sobre o *kit* multimídia – equipamentos de cultura digital, quais sejam: computador, programa software livre, microfones e amplificador para gravação musical e câmera digital e etc. Para equipar o Ponto de Cultura com o *kit*, era necessário que o próprio ponto pagasse uma porcentagem do recurso); e Capacitação em Software Livre. A liberação desse recurso enfrentou algumas dificuldades e nem

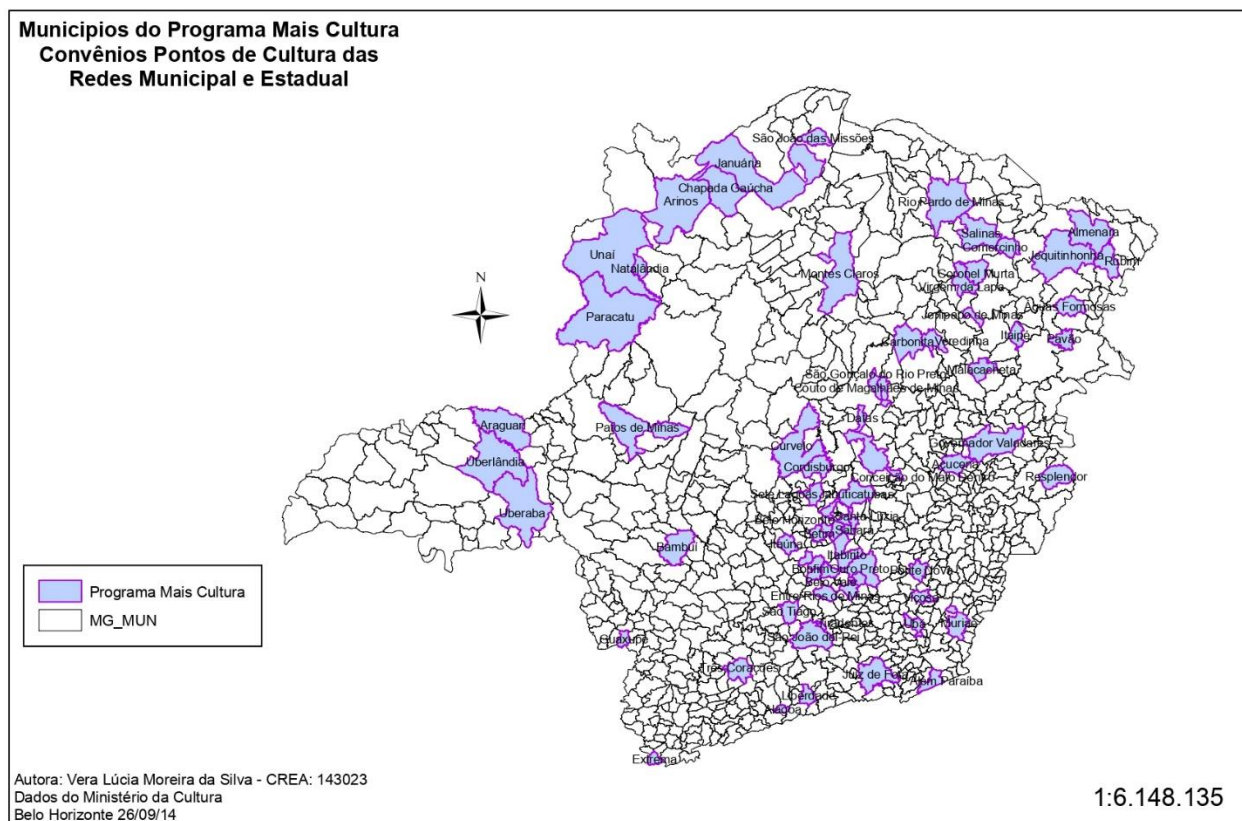
todas as atividades foram realizadas como era previsto, sendo implementadas somente três Oficinas de Capacitação dos Gestores dos Pontos de Cultura.

Os Pontos de Cultura não haviam sido conveniados imediatamente após sua seleção devido à falta de infraestrutura com a qual conviviam. Além disso, outro motivo apontado para o não convênio foi a vedação do momento eleitoral que aconteceria naquele ano de 2010.

Neste mesmo ano, os Pontos de Cultura que já existiam e aqueles que tinham sido selecionados pelo Edital do Estado fizeram diversas manifestações e se reuniram com as autoridades de Minas Gerais para buscarem soluções para esses problemas. Os Pontos de Cultura selecionados e que ainda não estavam conveniados adequaram suas Planilhas, pois estavam defasadas dos recursos e ainda precisavam inserir a contrapartida exigida. Depois de todo esse processo, apenas 89 Pontos de Cultura finalizaram o ciclo de procedimentos para o fechamento do convênio, sendo que, em janeiro do ano seguinte, foram chamados os restantes para completar os 100 Pontos de Cultura acordados no Convênio com o MINC.

No mapa 2, abaixo, é possível ver o crescimento do Programa Cultura Viva e o número de municípios a partir do convenio realizado entre o Governo do Estado e o Programa Mais Cultura entre os anos de 2010-2014.

Mapa 2: Municípios do Programa Mais Cultura, Convênios Pontos de Cultura das Redes Municipal e Estadual.



Autora: Vera Lúcia Moreira da Silva

Os municípios destacados nesse mapa são: Açucena, Águas Formosas, Alagoa, Além Paraíba, Almenara, Araguari, Arinos, Bambuí, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Bonfim, Cajuri, Carbonita, Chapada Gaúcha, Comercinho, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cordisburgo, Coronel Murta, Couto Magalhães de Minas, Curvelo, Datás, Entre Rios de Minas, Extrema, Guaxupé, Governador Valadares, Itabirito, Itaipé, Itaúna, Jaboticatubas, Januária, Jenipapo de Minas, Jequitinhonha, Juiz de Fora, Liberdade, Malacacheta, Montes Claros, Muriaé, Natalândia, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Paracatu, Patos de Minas, Pavão, Pedro Leopoldo, Piedade das Gerais, Ponte Nova, Resplendor, Rio Manso, Rio Pardo de Minas, Rubim, Sabará, Salinas, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Preto, São João das Missões, São João del-Rei, São Tiago,

Sete Lagoas, Tiradentes, Três Corações, Ubá, Uberlândia, Unaí, Veredinha, Viçosa, Virgem da Lapa, Uberaba.

De 2011 a 2014, foi assinado somente o convênio do MINC com a Prefeitura Municipal de Sabará, criando a Rede de Pontos de Cultura de Sabará. No Ano de 2013 a Prefeitura lançou um edital e selecionou cinco Pontos de Cultura para sua Rede.

A Secretaria de Estado de Cultura, em parceria com a Comissão dos Pontos de Cultura de MG e a Representação Regional MG-MINC, promoveu, em outubro de 2011, a TEIA Estadual – Encontro dos Pontos de Cultura de MG, e, em setembro de 2013, um Fórum dos Pontos de Cultura, em Belo Horizonte. Esses eventos propiciaram a visibilidade das atividades que aconteciam e eram promovidas pelos Pontos de Cultura de MG. Além disso, também foram discutidas, ainda que bem no princípio, as próximas etapas do Programa Cultura Viva.

A realização da TEIA teve por objetivo proporcionar um espaço para difusão do Programa e reflexão a seu respeito. Além disso, aconteciam atividades de formação para melhorar as ações do Programa Cultura Viva. Nessa programação, também ocorreram a Mostra Artística dos Pontos de Cultura e o Fórum dos Pontos de Cultura.

Durante a produção desta Pesquisa, entre os anos de 2004 a 2014, o MINC, junto com as Redes Estaduais e Municipais de Pontos e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, realizaram cinco Teias Nacionais.

No segundo semestre de 2014 os Pontos de Cultura da Rede de MG estavam executando a última parcela do convênio e preparavam a Prestação de Contas para o órgão responsável pela gestão do convênio. Nas Redes Municipais de Uberaba e de Governador Valadares, alguns Pontos de Cultura já estavam realizando a Prestação de Contas, iniciando ou finalizando a terceira e última etapa do convênio. Já na Rede Pontos de Cultura de Sabará, os Pontos de Cultura iniciavam o convênio. A Secretaria de Estado de Cultura de MG já tinha, inclusive, apresentado uma proposta ao Ministério da Cultura para dizer do interesse na renovação do convênio, para realizar a instituição de outra Rede para o ano de 2015

A Estadualização na percepção e avaliação dos seus agentes:

O MINC, a SEC-MG e os Pontos de Cultura

As representantes do MINC

As representantes do MINC entrevistadas foram Cesária Macedo, Chefe da Representação Regional de Minas Gerais do Ministério da Cultura, que, e na época, em 2007, exercia o cargo de

Coordenadora de Convênios e Fiscalização na Secretaria de Programas e Projetos do MINC, e Silvana Lumachi Meireles, Diretora de Memória, Educação, Cultura e Arte da Fundação Joaquim Nabuco, que, de 2007 a 2010, ocupou o cargo de Secretária da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, responsável pela implantação do Programa Mais Cultura.

As perguntas que foram feitas nessas entrevistas estavam relacionadas à verificação do alcance dos objetivos do Programa Mais Cultura, especialmente, à desigualdade social, à distribuição de renda e ao desenvolvimento das ações do MINC. Além disso serviram para entender de que forma o MINC se articulou ao Estado de Minas Gerais. Também foi buscado, com os entrevistados, o resultado de uma avaliação das contribuições do Mais Cultura para o crescimento do Cultura Viva.

No quadro abaixo há o roteiro das perguntas utilizadas nas entrevistas com essas agentes:

1. O objetivo do Programa Mais Cultura em enfrentar a desigualdade social, distribuição de renda, desenvolvimento das ações do MINC, teve a dimensão esperada pelo governo federal?
2. Como foram as relações federativas para a implantação do Programa Mais Cultura?
3. O objetivo dos Editais lançados foi cumprido?
4. Como você avalia os convênios e acordos realizados pelo Programa Mais Cultura para o crescimento, Estadualização e municipalização do Programa Cultura Viva?
5. Como você avalia e percebe a continuidade do Programa Cultura Viva?

a. Cesária Macedo

Cesária, Chefe da Regional MG-MINC, avaliou que o programa teve sucesso parcial no combate à desigualdade, na promoção da distribuição de renda e no desenvolvimento das ações do Ministério da Cultura. Ela explicou que avalia dessa forma, porque o Programa foi elaborado no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] e não no MINC. Além disso, passou por adaptações burocráticas, marcos legais que tiveram influência no seu desenvolvimento e nas ações. Contudo, ela avaliou que as políticas culturais do Mais Cultura podem contribuir para o sucesso nesse sentido, em especial as políticas com foco nas culturas locais, regionais e populares.

Quando questionada sobre as relações federativas para a implantação do Mais Cultura, Cesária pontuou que a experiência foi importante para a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Para ela, a descentralização das ações permitiu a qualificação da participação e do controle

social, o que repercutiu na formação, planejamento e gestão cultural em todo o nosso país.

Para Cesária Macedo, o que ocorreu foi a "pouca *familiaridade dos proponentes com este instrumento de acesso aos recursos públicos e os meios de divulgação e circulação das informações*". Com relação ao atendimento à diversidade cultural, ela disse que as diferentes modalidades de inscrição nos editais possibilitaram a maior participação de novos segmentos que até então não haviam sido contemplados pelas políticas públicas de cultura, o que contribuiu para o que contribuiu para o seu fortalecimento e protagonismo.

Sobre os convênios e acordos realizados pelo Mais Cultura para o seu crescimento, estadualização e municipalização, Cesária apontou esses instrumentos como inadequados à área da cultura. Ela destacou, em especial, a prestação de contas, que exige um domínio da dimensão econômica da cultura, ainda pouco conhecida e praticada. Contudo, ela aponta que os acordos foram importantes para o fortalecimento institucional do Programa.

Sobre a continuidade do Cultura Viva, ela avalia de forma positiva e diz que considera esse o melhor e mais inovador programa do MINC. Na concepção da entrevistada, para o programa crescer e cumprir as metas do Plano Nacional de Cultura, há uma série de esforços reunidos pelo MINC, contando com vários parceiros, de forma a vencer diversos desafios, como a aprovação da Lei Cultura Viva, o novo marco regulatório e a atuação mais qualificada dos gestores.

b. Silvana Lumachi Meireles

Atuando como Secretária de Articulação Institucional do MINC, responsável pela implantação do Mais Cultura, Silvana cita que o Programa passou por fases no Ministério, sendo que a primeira foi basicamente de articulações externas e internas, norteadas pela diretriz de ampliar o alcance de Projetos e ações já implementados pelos Ministérios. Assim, segundo ela, o MINC precisou rever seus Projetos e mudar sua postura com relação às ações que ele mesmo já implementou, construindo conexões e articulações entre elas. Os desafios para a implantação do Programa foram diversos, também, tanto na relação com outros Ministérios e instituições federais quanto com os Estados. Destaca que a mais significativa contribuição do Programa foi ter sido a primeira experiência de federalização das ações do MINC. Sendo assim, acredita que o tempo de execução do Mais Cultura foi insuficiente para atingir esses objetivos.

Apontou, como destaque, os convênios feitos com os estados e municípios para a ampliação do Mais Cultura. Ela diz que nem todas as ações e projetos previstos puderam ser implantados em tais entes. O que fez com que o MINC precisasse abrir editais nacionais, como foi o caso dos

microprojetos culturais, os Cine Mais Cultura, as bibliotecas comunitárias públicas, que eram voltados para as regiões menos beneficiadas pelas políticas públicas, nas periferias das cidades e em cidades pequenas.

Um exemplo são os microprojetos do São Francisco e da Amazônia, tiveram foco em cidades com menos de 20 mil habitantes. Silvana afirma que esses projetos tinham relações diretas com os objetivos, pois funcionavam como respostas ao diagnóstico feito para a elaboração do próprio Programa.

Quando questionada sobre as relações federativas, a entrevistada confirmou o mesmo que Cesária sobre a importância para a implantação do SNC. Acredita que a experimentação do SNC não foi um exercício fácil e tampouco plenamente atingido. Para ela isso se deve, em parte, à natureza da relação dos Estados e Municípios com a União. A necessidade de rompimento das antigas lógicas da relação Estados/Municípios com a União talvez tenha sido a maior dificuldade encontrada, especialmente na extinção do hábito do “balcão”, por parte dos Estados e Municípios, e do respeito à autonomia dos entes federados, por parte do MINC. Em muitas ocasiões, os gestores estaduais/municipais demoravam a compreender o funcionamento do Programa e insistiam em tratá-lo como um “cardápio” de ações a serem escolhidas e demandadas por eles ao MINC.

Sobre os resultados do Mais Cultura, disse que a primeira fase, referente aos Pontos de Cultura, foi expressiva, implantando o programa em um número significativo de Estados. Já a Estadualização foi um dos maiores desafios e enfrentou alguns problemas.

Acerca dos editais (Pontinhos de cultura, Pontos de leitura, Espaços Mais Cultura, Cines Mais Cultura, FICTV e bibliotecas), Silvana pontuou que o resultado observado diz respeito à identificação de demandas, a qual se deu por parte tanto da sociedade civil como dos municípios – e não, necessariamente, pela política em si. Ela acredita que a meta foi cumprida, mesmo com a suspensão dos editais que seriam publicados em 2010, o que aconteceu por conta da falta de recursos da Secretaria de Articulação Institucional do MINC.

Já no que diz respeito aos convênios e acordos realizados pelo Mais Cultura para o crescimento, estadualização e municipalização do Programa Cultura Viva, considera que esses instrumentos foram decisivos para a ampliação dos Pontos de Cultura. Sem eles, *“não teria sido possível a ampliação dos Pontos de cultura (única ação do Programa Cultura Viva Estadualizada e Municipalizada) na escala em que ocorreu”*.

Sobre a continuidade do Programa, o Cultura Viva *“um dos mais importantes legados das gestões do Ministro Gilberto Gil e do Ministro Juca Ferreira, um dos que melhor traduziram a visão*

de cultura e, principalmente, do papel do Estado no campo cultural. Talvez um dos adjetivos que melhor lhe caiba seja a ousadia”. E destaca que foi um dos maiores avanços no campo da gestão, tido por ela como um grande desafio enfrentado pelo Programa desde sua criação, que repercutiu na administração do MINC e nos Pontos de Cultura, e que muitos deles enfrentam problemas de inadimplência.

Por fim, quanto à aprovação da Lei Cultura Viva, apontou que foi uma conquista importante, que criou condições para a permanência, consolidação, qualificação e aprimoramento do Programa e que, dali para frente, o foco deveria ser este.

A representante da SEC-MG

Para apresentar o ponto de vista da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, foi entrevistada Manuela Machado, que naquela época era Diretora de Interiorização da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais responsável, pela implantação da Rede de Pontos de Cultura.

No quadro abaixo estão as perguntas que foram feitas a ela:

1. No Acordo de Cooperação celebrado entre o MINC e a SEC-MG, houve o desenvolvimento e fortalecimento da gestão cultural compartilhada entre os entes federados, fortalecendo o Sistema Nacional de Cultura?
2. As obrigações do Concedente e as competências do Conveniente estiveram alinhadas durante o convênio?
3. O fortalecimento das relações federativas de cooperação por meio da descentralização de recursos foi efetivado?
4. Como você avalia e percebe o crescimento, a estadualização do Programa Cultura Viva em MG e o desenvolvimento da gestão dos Projetos selecionados e conveniados?

Como podemos ver, essas perguntas tentavam entender de que forma o gestor estadual percebeu o processo de implantar a Rede dos Pontos de Cultura em Minas. O foco das perguntas se deu em alguns pontos-chaves e buscou saber qual a avaliação feita sobre o crescimento, a Estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais e o desenvolvimento da gestão dos Projetos selecionados e conveniados.

Sendo assim, para Manuela, o acordo entre Estados, União e Pontos de Cultura fortaleceu o processo de gestão compartilhada, uma vez que este se fazia presente desde a construção do Edital, a seleção dos Pontos e a participação de representantes do MINC na comissão de seleção de projetos. Ela também avalia que o processo de gestão compartilhada continuou após a implantação dos Pontos, tendo como interlocutor principal a Comissão Estadual de Pontos de Cultura.

Também destacou a participação do Estado de Minas Gerais e dos Pontos mineiros na atividade de redesenho do Cultura Viva, desde as primeiras reuniões, que aconteceram em janeiro de 2012, em Porto Alegre, como um momento importante da efetividade da gestão compartilhada. Essa discussão entre diferentes níveis, para a entrevistada, foi o que possibilitou o novo edital, que estava previsto para o ano em que a pesquisa foi feita e que devia continuar nas próximas etapas do convênio. Contudo, ela assinala que, se de um lado, a gestão compartilhada com os municípios ainda não se estabeleceu de uma forma efetiva, de outro, permitiu alinhar as competências do MINC e da SEC-MG, a parceria e o bom relacionamento com o MINC, por meio da Regional de Minas Gerais-MINC, proporcionando o sucesso de algumas ações, a exemplo da participação dos Pontos no Festival de Inverno de Diamantina. Portanto, graças ao fortalecimento das relações de cooperação entre os entes federados, bem como da descentralização de recursos, foi possível atingir e concretizar a descentralização da própria política pública.

Ressaltou, também, que além da divisão de responsabilidades no processo, o Programa foi capaz de promover a transferência de recursos e um diálogo com a sociedade, o qual aconteceu por meio das Comissões de Ponto de Cultura. Segundo Manuela, em Minas Gerais, todas essas instâncias funcionam bem. Resultado disso é a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura de MG altamente participativa, que permitiu que um representante dos Pontos de Cultura ocupasse a cadeira do segmento da produção cultural no Conselho Estadual de Políticas Culturais de MG.

Para finalizar, sobre a avaliação e percepção do crescimento e da Estadualização do Cultura Viva bem como do desenvolvimento da gestão dos Projetos selecionados e conveniados, asseverou que o “programa se fortaleceu muito desde o início de sua implantação”, frisando que os Pontos de Cultura são atualmente “atores fundamentais” na área da cultura, contribuindo para a construção de políticas públicas mais alinhadas às realidades locais.

Os representantes dos Pontos de Cultura

Chegamos ao último grupo de entrevistados: os representantes dos Pontos de Cultura. Ao

longo das próximas páginas, poderemos observar o resultado dessas entrevistas que representam o nível mais capilar da percepção acerca do processo de Estadualização do Programa.

As perguntas aplicadas a esse grupo estão no quadro abaixo:

1. Como o Ponto de Cultura percebe a relação do MinC com a SEC-MG a partir da estadualização do Programa Cultura Viva?
2. Qual é a percepção da relação do MINC e do ESTADO no Programa Cultura Viva?
3. Como é a relação do Ponto de Cultura com o MINC?
4. Como é a relação do Ponto de Cultura com a SEC-MG?
5. Houve impacto/relevância com a participação do Ponto de Cultura no Programa Cultura Viva para a Instituição?
6. Quais são os dilemas e os conflitos em relação a esses modelos de convênios?
7. Como é ou como foi a capacidade gerencial do Ponto de Cultura na experiência destes dois modelos de gerenciamento de convênios?
8. Como foram os repasses dos recursos? Houve problemas? Se sim, quais? Há diferença de problemas entre um convênio e outro?
9. Como são as informações dos Convenientes para gerenciamento da Planilha e do recurso recebido pelo Ponto de Cultura?
10. Como foi a reação da equipe do Ponto de Cultura com a aprovação dos projetos pelos dois Editais?
11. Houve questões políticas que influenciaram as relações estabelecidas entre o Ponto de Cultura e os diferentes entes federados?
12. Para a Instituição, o que faz o Ponto de Cultura ser considerado um Ponto de Cultura? A Teia (encontro dos Pontos de Cultura) e a chancela do MINC certificam e dão credibilidade?
13. O Programa Cultura Viva e o Programa Mais Cultura contribuíram para o desenvolvimento da Instituição?

Os representantes dos Pontos de Cultura que responderam às perguntas estiveram em um primeiro momento conveniados no 1º e 3º Editais lançados pelo Ministério da Cultura, nos anos de 2004 e 2005, são eles:

- Centro Cultural Conscienciarte, situado no Município de Paracatu, Noroeste de MG;
- Centro de Artesanato da Região de Januária, situado no Município de Januária, Região Norte de Minas Gerais

- Ponto de Cultura Kairós, situado no Município de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Durante a pesquisa, esses Pontos de Cultura faziam parte do convênio com a SEC-MG, executando a última fase do convênio. Os três Pontos são instituições que trabalham com memória, juventude e artesanato. Foram entrevistados os gestores desses Pontos para conhecimento de que forma eles viam os convênios que estiveram ligados pelo Cultura Viva.

As respostas indicaram que a relação do MINC com o Programa Cultura Viva pelos Pontos de Cultura é realizada através da RRMG-MINC – Representação Regional de Minas Gerais – Ministério da Cultura. A Representação, segundo eles, sempre esteve atenta às informações importantes para o desenvolvimento e sustentabilidade dos Pontos, assessorando a equipe gestora nas ações desenvolvidas. A RRMG-MINC, também realizou, em 2013, uma visita técnica aos Pontos, tirando dúvidas, solicitando adequações e ministrando uma palestra sobre o Cultura Viva.

Sobre o contato com a Secretaria, os representantes dos Pontos citaram que as informações a respeito do convênio e da documentação são restritas. Eles apontaram que, no início, a comunicação com a Secretaria se deu através da Duo Comunicação, empresa contratada para a formação e capacitação dos gestores da Rede de Pontos.

Os entrevistados disseram, quanto aos dilemas e conflitos que atravessam os modelos de convênio, que eles precisam ser reformulados. Essa necessidade se dá porque as equipes técnicas das instituições sempre esbarram em várias questões de ordem jurídica e burocrática que o modelo de convênio exige. Contudo, dois dos três entrevistados citaram que, por terem a experiência de fazer gestão com outros convênios, tiveram menos dificuldades em administrar o Convênio com o MINC, sendo que um dos três Pontos de Cultura assinala a falta de apoio técnico da Prefeitura de sua cidade.

Por fim, os entrevistados apontaram que os repasses de recursos do MINC, quando havia convênio, atrasaram bastante. Quando isso acontecia, segundo eles, era necessário suspender as atividades que os Pontos de Cultura realizavam. Disseram também que era exigida uma Prestação de Contas parcial antes dos próximos repasses. Além disso, sobre o convênio com a SEC, houve atraso na primeira parcela, apenas. Os representantes dos Pontos também contaram que as contrapartidas que eram exigidas pelo Estado causaram algumas inseguranças nas equipes.

Análises das Respostas e Problematização

A partir da confrontação entre as perguntas formuladas, empreendeu-se uma breve análise das respostas de modo a atingir o objetivo deste trabalho: Pesquisar a Percepção e Avaliação da

Estadualização do Programa Cultura Viva a partir de três Pontos de Cultura distintos que se mantiveram no Programa após a sua inserção na Rede Estadual de Pontos de Cultura do Estado e por meio da identificação e compreensão da percepção do MINC e da SEC.

A primeira análise das respostas dadas pelas representantes do MINC: leva à conclusão de que o tempo do Programa foi insuficiente para alcançar os objetivos pretendidos pelo governo. Sobre as relações federativas, as entrevistadas trouxeram que isso não se deu de forma fácil e nem completa, contudo, a descentralização possibilitou a qualificação dos participantes e o controle social dos entes federados, desdobrando-se em formação, planejamento e gestão cultural dirigida a todo o País. De forma geral, para compreender o Programa, o tempo é um fator essencial.

A respeito dos editais, é possível perceber que os proponentes tinham pouca familiaridade com o instrumento de acesso a recursos e seus meios de divulgação. Dessa forma, nem todos acessam igualmente os objetivos que eram propostos. Os gestores públicos também demonstraram dificuldades na liberação dos orçamentos, atrasando os editais e pagamentos. No entanto, ainda assim, os objetivos de ampliação dos Pontos de Cultura foram plenamente alcançados.

Relativamente aos convênios e acordos realizados pelo Mais Cultura para a Estadualização e Municipalização do Cultura Viva, Silvana Meireles considera que eles foram decisivos, por possibilitarem a ampliação dos Pontos de Cultura, e Cesária Macedo aduz que os convênios foram instrumentos pouco adequados à dinâmica e atuação cultural, todavia, para ela, os acordos foram importantes para o fortalecimento institucional do Programa.

Por fim no que tange à continuidade do Cultura Viva, as duas avaliam positivamente o Programa. A partir disso, pode-se dizer que o programa atingiu seus objetivos de forma parcial e que muitos desafios tinham de ser superados. Ainda assim, é uma das mais relevantes iniciativas no campo e deve ser continuado.

Por sua vez, no âmbito da SEC-MG, verifica-se, a partir da primeira questão respondida pela entrevistada, que ela considera ter havido um desenvolvimento e incremento da gestão cultural compartilhada, o que fortaleceu o Sistema Nacional de Cultura. Ela pontuou, também, ter ocorrido um alinhamento das competências da concedente e do conveniente e ressaltou que a parceria com o MINC permitiu a realização de eventos que expressam o potencial do Mais Cultura.

Sobre o fortalecimento das relações de cooperação por meio da descentralização de recursos, considera este fato importante para a descentralização da política pública, tratando-se de uma oportunidade para que as ações possam fluir com mais agilidade e eficiência, respeitando a diversidade cultural existente em cada Região.

No que se refere à avaliação do crescimento e Estadualização do Programa no Estado e o desenvolvimento da gestão dos projetos selecionados e conveniados, em Minas o Programa se fortaleceu e hoje os Pontos de Cultura são fundamentais para a construção das políticas públicas mais alinhadas às realidades locais.

Eles são responsáveis por difundir as tradições culturais mineiras, promover a inclusão social e fomentar a atividade econômica nas comunidades em que estão inseridos. Então, pode-se dizer que a parceria com o MINC foi fundamental para a gestão cultural da SEC- MG e que os Pontos de Cultura se tornaram fundamentais para a difusão e fortalecimento da cultura mineira. A partir da Estadualização, houve um salto na ampliação do acesso à cultura. A relação do MINC com o Estado proporcionou a criação de eventos em que os Pontos de Cultura fazem conexões com os outros Pontos. Trata-se das Redes Comunicativas, em fase de criação e organização.

Finalmente, examinando as respostas dos representantes dos Pontos de Cultura, constata-se que eles acreditam que, apesar de institucional, o MINC dispensa um atendimento prestativo, atencioso e elucidativo. A relação é de diálogo, mesmo com todos os problemas existentes nas questões administrativas do Ministério. Destacam que as relações com o MINC, no contexto da Pesquisa, eram pontuais. Já com a SEC-MG, os Pontos mantêm uma relação de diálogo institucional na convivência, contudo, consideram ruim a localização da Secretaria em Belo Horizonte.

Avaliaram como positiva a percepção do impacto e relevância da participação as instituições no Programa Cultura Viva, evidenciando a sua capacidade e aumentando a sua credibilidade. Segundo os representantes entrevistados, participar do Programa Cultura Viva deu a oportunidade para que as Instituições oferecessem oficinas e cursos para os seus municípios.

Os Pontos de Cultura citam que os convenientes recebem as informações sobre as dificuldades enfrentadas no gerenciamento de planilhas e ações não realizadas no tempo previsto, por e-mail ou por telefone, agilizando os processos. Afirmaram que as questões políticas não influenciaram as relações estabelecidas entre os Pontos de Cultura e o Estado.

Por fim, ressaltaram que os contatos da equipe gestora do Ponto com os órgãos responsáveis foram de diálogo e com respeito. Entretanto, cada um dos representantes dos Pontos levantou aspectos de dificuldades e desafios a serem superados pelo Programa.

Diante da integralidade do que foi apurado ao longo de toda a Pesquisa, verifica-se que o Mais Cultura representou maior desenvolvimento para artistas e transformou as artes de forma geral em um produto a ser visto por pessoas. Para os Pontos de Cultura foram importantes tanto a orientação dada pelo MINC como a participação deles no Edital do Governo do Estado, pois viram crescer sua credibilidade e conseguiram participar de feiras, exposições e outras iniciativas. Ainda

que alguns tivessem mais ou menos dificuldade, o êxito foi verificado.

Os Pontos confirmam que os principais gargalos do Programa passam pelas dificuldades de gestão, o pouco tempo de trabalho, a insegurança por conta dos repasses e a falta de apoio da Prefeitura. Mesmo que várias dificuldades tenham sido citadas pelos entrevistados, nada impediu o prosseguimento e o êxito dos projetos. A ampliação para novos níveis federativos trouxe novos conflitos e desafios a serem trabalhados.

Garantir a cidadania cultural, dando acesso aos bens e produtos culturais produzidos pela população era um dos objetivos do Programa Mais Cultura. Para isso, buscou-se o diálogo do Estado com a sociedade civil, exercendo, assim, uma política democrática.

Os benefícios criados pelo Programa foram importantes, tais como o crescimento das ações culturais do MINC, dos seus recursos financeiros e pessoais; a valorização da cultura para o desenvolvimento das localidades; gerando emprego e renda; e a preservação das manifestações das culturas simbólicas. **Portanto**, é preciso considerar que o Mais Cultura buscou melhores formas de se relacionar com os entes federados e com a sociedade civil, além de ser uma ação governamental ou uma política pública que fortaleceu e deu visibilidade ao campo da cultura, trazendo-lhe mais recursos. Além disso tudo, o avanço da descentralização deu fôlego novo à gestão ministerial.

Conclusão – o futuro do Programa Cultura Viva em Minas Gerais – Possibilidades e Sugestões.

Considerando que o Programa tem como princípio fomentar o protagonismo dos diferentes atores culturais que participam das ações dos Pontos de Cultura, possibilitando o encontro da diversidade cultural brasileira, observa-se que ele resultou na multiplicação das manifestações culturais e artísticas do País.

Apesar do cenário complexo no qual se instaurou, ele é avaliado por gestores e pesquisadores como uma das mais importantes ações do Ministério da Cultura. Isso porque, além da sua abrangência e reconhecimento de valores, na maioria das vezes não identificados no modelo anterior, ampliou o acesso à cultura por meio do envolvimento de diversos grupos e sujeitos nas atividades culturais organizadas, reconhecendo ainda diferentes lugares e contextos como espaços de expressão e produção cultural, estimulando as manifestações e multiplicando os territórios culturais conhecidos.

Em Minas Gerais não foi diferente. O Programa encontrou no Estado um cenário cultural rico e diversificado que resultou em bons frutos para o Brasil e beneficiou milhares de pessoas, uma vez que contribuiu para a superação de dificuldades financeiras e sociais e, sobretudo, para a realização pessoal dos sujeitos envolvidos.

Observa-se que algumas dificuldades relacionadas à infraestrutura, condições financeiras e de ordem política fizeram com que o prazo de contrato dos projetos selecionados fosse mais longo, contudo, num primeiro momento, de acordo com o segundo Relatório Técnico de Cumprimento do Objeto do Convênio do Estado com o MINC, cem Pontos de Cultura localizados em Minas Gerais iniciaram suas atividades após conveniarem com o Estado e receberem seu recurso.

Assim, por meio de cursos, convênios e ajuda financeira aos sujeitos conveniados, o Programa Cultura Viva colaborou para a melhoria das prestações de serviços, na medida em que os atores envolvidos viam seus projetos reconhecidos e seu acesso ao público acontecendo de fato. Para isso, os projetos passaram por processo de seleção, conforme modelo adotado pelo programa, e os participantes tiveram acesso aos benefícios, tais como: capacitação e gestão de projetos, oficinas de capacitação, orientação e atendimento em grupo ou individual.

Nesse contexto, a avaliação do processo de Estadualização pelos agentes do Ministério da Cultura, da SEC-MG e por representantes dos Pontos de Cultura demonstra que ele, de modo geral, apesar dos problemas existentes, foi favorável para o desenvolvimento do Estado e dos participantes.

Os convênios e Acordos realizados pelo Programa Mais Cultura para o crescimento da estadualização e municipalização do Programa Cultura Viva foram avaliados de diferentes formas pelas duas representantes do MINC. Enquanto Cesária avaliou esses instrumentos como inadequados à dinâmica da área da cultura, em especial com relação à prestação de contas, cujo domínio não era comum aos grupos e atores culturais, Silvana Meireles acredita que os instrumentos implantados foram decisivos para a ampliação dos Pontos de Cultura. Sem eles, teria sido impossível ampliar os Pontos de Cultura na escala apresentada. Essa divergência demonstra diferentes visões, mas de todo modo reforça a relevância do Programa como instrumento de aceitação e revitalização da cultura.

Em meio às diferenças de experiências e compreensão ambas consideram o Cultura Viva como um Programa rico, diverso e inovador, sendo um dos mais representativos legados da gestão do Ministro Gilberto Gil e do Ministro Juca Ferreira, que melhor traduziu a visão de cultura, na opinião de Cesária Macedo. Para continuar a crescer, precisa vencer desafios e contar com parceiros comprometidos.

A entrevista com a agente da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Manuela Machado, Diretora de Interiorização da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, foi importante por demonstrar que o Acordo de Cooperação celebrado entre União, Estado e Pontos de Cultura fortaleceu a gestão compartilhada, na medida em que a SEC-MG esteve presente desde o

início do processo, com a construção conjunta do Edital de seleção dos Pontos de Cultura e a participação de representantes do MINC na comissão de seleção dos projetos.

Com base nessa entrevista, chegou-se à conclusão de que a gestão compartilhada permitiu o alinhamento das competências do Ministério da Cultura e da SEC-MG, uma vez que a parceria e o bom relacionamento com o Ministério da Cultura, por meio da Regional Minas Gerais - MINC, possibilitou o êxito de algumas ações, como a participação em eventos e realizações importantes.

Por fim, a entrevista com representantes dos Pontos de Cultura confirmou a importância do Programa Mais Cultura ao mesmo tempo em que apontou a existência de problemas que dificultam o fechamento da parceria, como dificuldades de ordem burocrática e jurídica. Diante disso, representantes dos Pontos de Cultura acreditam na necessidade urgente da mudança de formato dos convênios.

Na continuidade do Programa Mais Cultura é importante observar os pareceres dos envolvidos como forma de fortalecê-lo e imprimir mais dinamismo e ampliar o seu alcance e retorno. Apontado por muitos como a mais importante iniciativa de ordem social e cultural inserida no Brasil e aprovado por organizadores, participantes e pela sociedade, por tudo que se falou, sua continuidade é fundamental para o reconhecimento da diversidade artística e cultural existentes no País.

Durante a produção desta Pesquisa, no dia 23 de julho uma importante medida foi tomada para continuidade do Programa. A Lei nº 13.018 – Lei Cultura Viva, que transformou o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva em Política de Estado Brasileiro, dando perenidade às ações do Programa, independente das alternâncias de gestão na administração pública. Assim, a Lei Cultura Viva se tornou Política de Estado e garantirá o protagonismo dos movimentos culturais no país. Além disso, várias outras medidas foram tomadas para estimular o setor nos últimos anos.

Vale destacar que o MINC organizou ainda um Grupo de Trabalho para aprimoramento da gestão da Política Nacional do Programa Cultura Viva. Um dos principais objetivos desse grupo é definir pontos da regulamentação como simplificação da prestação de contas e de procedimentos, participação social, visibilidade, comunicação e fomento. Essas ações de fomento incluem formação, intercâmbio, infraestrutura, pesquisa e financiamento.

O Programa Cultura Viva faz parte dos novos modelos de projetos e programas criados pelo Ministério da Cultura que objetivam reduzir a concentração das suas ações em poucos segmentos. Com o Cultura Viva, o Governo iniciou o diálogo com a sociedade civil e a criação de projetos

relacionados às manifestações populares brasileiras, mobilizando um grande número de pessoas que passaram a se organizar.

Para Rocha (2011), baseado em sua análise da experiência de Estadualização do Programa no estado da Bahia, “a projeção que o Programa Cultura Viva foi adquirindo ao longo dos anos não refletiu os problemas que o ambientaram. Ao analisar as normas que regulamentavam a relação entre os Pontos de Cultura e o Ministério, verificou-se uma série de incompatibilidades entre as exigências do estado e a capacidade das instituições em cumpri-las. Aparentemente poderia ser dito que isso se deveu ao despreparo administrativo dos Pontos de Cultura”.

A sua análise para o estado da Bahia é válida para outros estados brasileiros, tal como Minas Gerais. Rocha (2011) também alega que “a Estadualização do Programa Cultura Viva não solucionou os problemas vivenciados na esfera federal. Pelo contrário, houve a tendência de reproduzir esses impasses e inaugurar tensões com o ingresso de um novo ente. A partir da Estadualização, os órgãos públicos de cultura estaduais passaram a se articular diretamente com o órgão federal, seguindo as diretrizes de um Programa já constituído. Daí surgiu outro desafio, o de integrar a Rede de Pontos de Cultura já existentes com a nova Rede de Projetos ligados aos órgãos Estaduais”.

As normas e regras do Estado brasileiro não são preparadas para dialogar com projetos como os Pontos de Cultura, ou seja, que reconheçam a importância da participação popular em processos políticos e de implantação de políticas públicas e execução de programas. Da mesma forma, os Pontos de Cultura, que enfrentaram as regras e imposições do Estado, ultrapassando as suas incapacidades técnicas e de gestão.

Com o lançamento do Projeto Piloto dos Pontos de Cultura em Minas Gerais, percebeu-se um avanço e fortalecimento da Secretaria de Estado de Cultura na relação e gestão compartilhada entre a União, o Estado e os Pontos de Cultura. A seleção dos Pontos de Cultura foi realizada de forma a contemplar todas as 10 regiões do Estado.

A partir da Estadualização do Programa Cultura Viva em MG, observou-se que a SEC-MG, em dezembro de 2013, assinou o Termo de Cooperação para adesão ao SNC - Sistema Nacional de Cultura, dando início à construção do Plano Estadual de Cultura e reconheceu a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura de MG, destinando-lhe um assento no CONSEC - Conselho Estadual de Cultura de MG.

Referências:

ARRETCHE, M.T.S. Mitos da Descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 11, nº31, jun. 1996.

BARBOSA, Cláudia L; MEDEIROS, Rosana C. F.; LYRA, Valéria M. G. *Avaliação os Pontões de Cultura do Programa Cultura Viva: o perfil dos Pontões de Cultura. O Olhar dos gestores do Programa Cultura Viva. Relatório da Pesquisa Avaliativa do Programa Cultura Viva. IPEA: Brasília, 2011.*

BRASIL. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. *Cultura Viva: Autonomia, Protagonismo e Fortalecimento Sociocultural para o Brasil. Cultura Viva – Ponto de Cultura Pulsando o Brasil. Brasília: Ministério da Cultura, 2008.*

BRASIL. *Teia Tambores Digitais. Fortaleza, 2010b.*

BRASIL. Ministério da Cultura. Institui Grupo de Trabalho, denominado GT – Cultura Viva, para elaborar proposta de redesenho do Programa Cultura Viva. Portaria nº 45, de 19 de abril de 2012.

CALABRE, Lia. UMA DÉCADA DE PROGRAMA CULTURA VIVA: REFLEXÕES E BALANÇOS. Enecult 10 anos. Bahia. ENECULT. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult/?page_id=1363> Acesso em 7 de out. 2014.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Cultura Viva: a prática de pontos e pontões. Brasília: Ipea, 2011.*

MEDEIROS, Anny Karine de e FARAH, Marta Ferreira Santos. Implementação e reformulação de políticas públicas: o caso do programa Cultura Viva. *Revista do Serviço Público Brasília* 65 (1): 07-24 jan/mar 2014.

MEIRA, Márcio. Uma política republicana de cultura. 2005 *Teoria e Debate*. No 58. Disponível em <Acesso em 12 de ago. 2014>

MINAS GERAIS. Convênio 470/2007. Programa Mais Cultura: Projeto Piloto de Pontos de Cultura. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2009.

ROCHA, Sophia Cardoso. *Programa Cultura Viva e seu Processo de Estadualização na Bahia. Universidade Federal da Bahia: Faculdade de Comunicação, 2011.*

SARTOR, Carla D. *As Políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação: a experiência coletiva nos Pontos de Cultura. 2011. 404 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.*

SILVA, Frederico et al. *Cultura viva: as práticas de pontos e pontões. Brasília: IPEA, 2011. p. 261.*